
Tesouros da Biblioteca Nacional

FRANCISCO LEITE DE FARIA

Academia Portuguesa da História

QUEM tiver frequentado grandes Bibliotecas do estrangeiro verificou, decerto, como algumas delas têm tesouros de incalculável valor e podem considerar-se autênticos Museus.

Acontece isso, por exemplo, com a Biblioteca Nacional de Paris, com a do Museu Britânico em Londres, agora não muito propriamente chamada *British Library*, como se o não fossem as outras Bibliotecas da Inglaterra, com a Vaticana em Roma, com a *Oesterreichische Nationalbibliothek* em Viena, com a Biblioteca Real da Bélgica em Bruxelas, com a *New York Public Library* e, embora não seja grande, com a *Pierpont Morgan Library*, também em Nova Iorque, a qual é uma jóia, que nos deixa pasmados perante os tesouros de inestimável valor que aí se guardam. É consolador, portanto, verificar que

também a nossa Biblioteca Nacional tem tesouros de muitíssimo valor. Fica isso patente, folheando o livro publicado em 1992 e intitulado *Tesouros da Biblioteca Nacional*, com umas 400 páginas de papel brilhante, recheadas com perfeitíssimas gravuras a cores. É livro graficamente muito bem apresentado e pode-se emparceirar com o melhor e mais vistoso que agora se imprime no estrangeiro.

Ao princípio desse livro está um estudo da bibliotecária Manuela D. Domingos sobre a história da nossa Biblioteca Nacional nos seus quase 200 anos de existência, desde 1796 até hoje. Louva-se aí muito a actividade do seu primeiro Bibliotecário Mor, António Ribeiro dos Santos, a quem sucedeu outro eclesiástico, Monsenhor Ferreira Gordo, destituído desse cargo em 1834, por

não ser da cor política dos «liberais» que nesse ano conquistaram o poder. Foram esses os dois únicos eclesiásticos Directores da Biblioteca Nacional, mas para a sua fundação em 1796 e para o seu enriquecimento muito contribuíram com preciosas dádivas outros dois eclesiásticos, que foram Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, o primeiro Bispo de Beja, e o teatino Dom Manuel Caetano de Sousa, fundador da livraria da Casa da Divina Providência, a qual em 1808 se mandou reunir à Biblioteca Nacional.

Em 1834 suprimiram-se em Portugal todos os Conventos de frades e Mosteiros de monjes e em cada uma de todas essas Casas havia uma Biblioteca, que às vezes tinha livros muito valiosos. Todas essas Bibliotecas foram «confiscadas» pelo Governo «liberal», assim como os Conventos e Mosteiros em que se guardavam. Tudo isso se fez por decreto de Dom Pedro do Brasil, entusiasticamente incitado e ajudado pelo então Ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, mais conhecido pela alcunha de *Mata-frades*. Ao princípio essas Bibliotecas amontoaram-se em diversos locais, conforme os bairros de Lisboa, e aí ficaram sem o devido resguardo, expostas às depradações da intempérie e de quem as quisesse roubar ou destruir; depois ajuntaram-nas todas, ou tudo o que delas ainda restava, no extinto Convento de São Francisco da Cidade, no centro

de Lisboa, onde no entanto tinha ficado instalada a Biblioteca Nacional, como também outras repartições ou organismos. Parecia que assim os livros ficavam melhor resguardados e se poderiam conservar, mas não foi isso o que aconteceu. A bibliotecária Manuela D. Domingos, neste seu estudo, diz que de 183 000 obras, que havia na Biblioteca Nacional em 1841, apenas 13 000 ficavam em 1865, o que é uma insignificância para uma Biblioteca Nacional. Entre 1862 e 1864 venderam-se a peso 25 000 volumes, completamente inutilizados pela traça e pela água e decerto muitos mais nem para se venderem a peso serviram. Houve então leilões de livros em Espanhol e em Latim e só estes últimos eram 19 000; adquiriram-nos principalmente livreiros franceses, decerto por quantias insignificantes. O mesmo aconteceu com a Biblioteca da Universidade de Coimbra, como se verifica pelos catálogos impressos desses leilões, efectuados em 1870 aproximadamente, nos quais se verifica terem sido vendidos livros quinhentistas, que hoje já não existem nessa Biblioteca. O extenso e complicado processo da «desamortização» dos bens das Ordens Religiosas, escreve a bibliotecária Manuela D. Domingos, ainda espera o seu historiador; a isto deve-se decerto ajuntar que desse processo, isto é, do destino que levaram as Bibliotecas dos Conventos, não se pode fazer a história completa, pois para isso não há suficiente

documentação, por não se ter escrito tudo o que se fez.

Houve, contudo, uma Livraria, que teve tratamento especial e não foi tão maltratada; foi a do Mosteiro de Alcobaça, que com fama de conter preciosidades veio encaixotada, para a Biblioteca Nacional e aí se conserva com relativamente poucos desfalques, continuando a ser um dos valiosos tesouros dessa Biblioteca. Na França o Mosteiro de Clairvaux, que nós tradicionalmente chamamos de Claraval e era a Casa-Mãe do de Alcobaça, tinha decerto magnífica Livraria, da qual quase só se conserva o pouco que existe na Biblioteca de Troyes, situada relativamente perto de Clairvaux. Há 200 anos que o furor da Revolução Francesa destruiu quase tudo, até o próprio Mosteiro, do qual muito pouco se conserva.

Houve duas Bibliotecas, que se conservaram até hoje nos locais que ocupavam e são a do Convento de Mafra e, em Lisboa, a do Convento de Jesus, as quais por conseguinte ainda têm aproximadamente os livros, que possuíam em 1834. A primeira por ser monumental e se poder considerar um complemento do Palácio Real que lhe está ao lado; a outra porque também é monumental e dela se apoderou a Academia das Ciências, que se instalou no extinto Convento de Jesus. Ambas, para os muitíssimos livros que eram dos frades, ainda só têm o catálogo manuscrito, que consta de muitos

grandes volumes e foi laboriosamente escrito pelos frades e, embora não tenham sido maltratadas, essas Bibliotecas certamente já não têm o tratamento cuidadoso, que lhe dispensavam os que as tinham organizado e eram seus legítimos proprietários. As outras Bibliotecas, principalmente ou pelo menos as dos Conventos situados na Estremadura, acabaram por se amontoarem nos depósitos da Biblioteca Nacional, situada desde 1836 no extinto Convento de São Francisco, onde certamente, de uma maneira geral, não foram bem tratadas.

Os frades e os monjes às vezes descuidaram-se no tratamento, que deram aos seus livros, adquiridos com tanto trabalho e despesa, mas esse seu descuido, que é certo, não é quase nada, comparado com o dos que desde 1834 até às primeiras décadas deste século tiveram o encargo remunerado de guardar os livros, que tinham sido das Bibliotecas dos Conventos e Mosteiros. No estrangeiro, como na Espanha e na França, deve ter acontecido coisa semelhante, ou talvez pior, ainda que nesses países a traça, devido ao clima mais seco e mais frio, não tenha feito tantos estragos como em Portugal.

A Biblioteca Nacional apesar desses estragos e desgastes, foi-se enriquecendo com os livros entrados no Depósito Legal, com compras e com doações. A principal compra foi a da excelente Livraria de Dom Francisco de Melo Manuel da Câmara, a

quem chamavam o Cabrinha, adquirida em 1852 por 4250\$000, isto é, por 25 000 cruzados, Livraria mais rica em incunábulos e livros quinhentistas portugueses do que as provenientes dos Colégios de Jesuítas e Conventos de frades; note-se, contudo, que os livros dessas Casas religiosas estiveram, durante um ou dois séculos, expostos a serem estragados, ou roubados, e decerto muitos dos coligidos por Dom Francisco de Melo Manuel da Câmara provinham de Casas religiosas, embora não conservem o respectivo pertence ou carimbo. Note-se também estarem já deteriorados pela traça livros que eram da Livraria do Cabrinha.

Em 1910, confiscados novamente os livros, que no entanto tinham sido adquiridos pelos poucos Conventos ou Colégios religiosos então existentes em Portugal, como os do Convento do Varatojo em Torres Vedras e os do Colégio de Campolide em Lisboa, esses livros transitaram para a Biblioteca Nacional, mas não sofreram desgaste e destruição, como os que foram confiscados em 1834.

Durante o governo de alguns Directores compraram-se livros, que constituem autênticos Tesouros da Biblioteca Nacional. Assim no tempo do primeiro Bibliotecário Mor, António Ribeiro dos Santos, adquiriu-se na Haia, por indicação do bibliófilo Francisco José Maria de Brito, que depois foi Ministro de Portugal em Paris, a Bíblia hebraica de Cervera, manuscrito medieval que é exemplar

único no mundo e, no dizer de Manuela D. Domingos, a «jóia das jóias» da Biblioteca Nacional. Durante o governo de Vasco Pinto Balsemão adquiriu-se por assinatura dos seus fascículos o que viria a ser a obra-prima da tipografia oitocentista, a monumental edição do livro *The Birds in America*, que em 1838 acabou de se imprimir em Londres. No tempo do Director Jaime Cortesão, já neste século, adquiriu-se na Itália, por indicação de Dona Carolina Michaëlis, o *Cancioneiro Colocci Brancuti*, hoje conhecido como *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, e que é um dos seus Tesouros mais notáveis. Finalmente em 1987, funcionando já a Biblioteca no novo edifício, adquiriu-se por 11 000 contos o mais antigo incunábulo impresso em Português, ou, ao menos, o mais antigo que se conhece e é o *Tratado de Confissom*, editado em Chaves em 1489. Em Abril de 1969 com a inauguração do novo edifício para a Biblioteca Nacional situado no Campo Grande e conseguido em grande parte pela insistência do Director Manuel dos Santos Estevens, a conservação dos livros fica mais facilitada e afiançada; já não deverá haver, portanto, os estragos causados em uma casa velha pelas goteiras da água das chuvas e pela voracidade da traça.

Tal é a história dos quase 200 anos da Biblioteca Nacional de Lisboa, o que tudo transparece do belo estudo de Manuela D. Domingos, que lou-

vavelmente não escondeu o que se pode considerar desprestigante para os Directores dessa Biblioteca no tempo do liberalismo e da primeira República; quaisquer que tenham sido os méritos de alguns desses Directores em outros aspectos, descuidaram-se, ainda que para isso tivessem atenuantes, na principal das suas obrigações, que era fazer com que os livros se conservassem em bom estado e impedir que muitos milhares desses livros, muitas dezenas de milhar, decerto algumas centenas de milhar, inutilizados pela traça e pela água da chuva, tivessem o inglório fim de terem sido vendidos a peso, ou simplesmente deitados fora, porque nem a peso ninguém os queria comprar. Hoje, porém, com o novo edifício da Biblioteca Nacional e com a dedicação do pessoal qualificado que nela trabalha, temos fundamentada esperança de que isso não voltará a acontecer. Contudo, esse bom sucesso depende também dos políticos, que governam ou desgovernam o nosso país e em quem se não pode ter confiança ilimitada.

Depois do instrutivo e corajoso estudo de Manuela D. Domingos, outros competentes funcionários da Biblioteca Nacional mostram-nos os Tesouros que ela tem nas suas diversas secções. Assim a bibliotecária Isabel Vilares Cepeda trata dos manuscritos medievais, em pergaminho ou em papel, escritos quase todos em Latim, mas também há

alguns em Hebraico ou em Português, e conservados na nossa Biblioteca Nacional. Raros são aí os manuscritos anteriores ao século XII, mas os desse século e dos seguintes da Idade Média são relativamente numerosos. Quase todos provêm do Mosteiro de Alcobaça; alguns têm letras iniciais, de tratado ou capítulo, artisticamente adornadas ou com representações de figuras a cores e podem-se considerar Tesouros da Biblioteca Nacional. Entre os poucos manuscritos medievais em Hebraico sobressai a *Bíblia de Cervera* adquirida em 1804 na Holanda, escrita e iluminada em fins do século XIII, a qual, como já se disse, é um dos mais preciosos Tesouros da Biblioteca Nacional. Há ainda Missais com artísticas pinturas ou iluminuras, Bíblias, Livros de Horas, e outras obras com desenhos coloridos ou iluminuras. Decerto entre os 222 manuscritos iluminados da nossa Biblioteca Nacional, todos indicados no respectivo catálogo impresso, há autênticos tesouros, medievais ou de época posterior.

Entre os manuscritos medievais da Biblioteca Nacional há por conseguinte preciosidades, mas não se julgue que isso seja caso único. Em Portugal não há certamente outra Biblioteca com tantas ou mais preciosidades entre os seus manuscritos medievais, mas as grandes Bibliotecas do estrangeiro, como a Nacional de Paris, a Vaticana, o Museu Britânico de Londres, a Bodleiana de

Oxford e muitas outras possuem muitos mais manuscritos preciosos da Idade Média, pois nelas se conserva o que resta das grandes Universidades medievais, onde necessariamente havia grande quantidade de manuscritos, para por meio deles se poder ensinar e aprender. A Universidade portuguesa na Idade Média tinha proporções modestas e os manuscritos dos seus mestres e alunos, assim como os dos Conventos, Mosteiros, Colegiadas, Cabidos, Paços Episcopais e Casas Nobres de Portugal levaram sumiço, isto é, foram destruídos pelas intempéries, ou deitaram-se fora. Como em algumas nações do estrangeiro havia muitos mais manuscritos do que em Portugal, assim também nessas nações são mais numerosos os que ainda se conservam. Não foram apenas, portanto, os «liberais» do século passado e os «republicanos» dos princípios deste século que deixaram destruir instrumentos de cultura; fizeram-no também em tempos anteriores os que tinham a obrigação de preservar esses instrumentos de Cultura. Apesar de todas essas destruições, a nossa Biblioteca Nacional, como também as grandes Bibliotecas das nações cultas, ainda conservam, entre os manuscritos medievais, verdadeiras preciosidades.

A bibliotecária Maria Valentina Sul Mendes, conhecida autora do catálogo dos incunábulo da Biblioteca Nacional, publicado em 1988, foi quem escreveu o terceiro capítulo

destes *Tesouros*, que tem o título «Nasce o livro impresso» e trata evidentemente dos incunábulo, isto é, dos livros impressos desde meados do século xv até ao ano 1500, *inclusive*. Logo em primeiro lugar indica-se aí a famosa *Bíblia de 42 linhas*, que se julga ser o primeiro livro impresso; foi-o aproximadamente em 1456, imprimiu-o Gutenberg em Mogúncia na Alemanha, foi adquirido para a Biblioteca Nacional em 1805 pelo seu primeiro Bibliotecário Mor, António Ribeiro dos Santos, e não são muitas as Bibliotecas, que possuem tal tesouro. Os primeiros livros imprimiram-se na Alemanha e geralmente nas outras nações foram alemães os primeiros impressores. A imprensa começou na Itália em 1465, primeiro em Subiaco, no famoso Mosteiro beneditino, que ainda aí existe, e depois em Roma; o primeiro livro imprimiu-se na França em 1470, na Espanha em 1472, na Bélgica em 1473 e em Portugal apenas em 1487, primeiramente em Faro, com um livro em Hebraico, do qual apenas se conhece o exemplar do Museu Britânico, em Londres, e depois em 1489, em Chaves, com um livro em Português, o *Tratado de Confissom*, de que o único exemplar conhecido está agora na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Imprimiram-se incunábulo em muitíssimas cidades da Europa, sobressaindo entre elas Veneza onde se notabilizou o impressor Aldo Manúzio, são famosas as edições

aldinas, e Paris, onde floresceram os artistas que imprimiram livros de horas com lindíssimos adornos e gravuras, em Latim e em línguas vernáculas. De umas e outras dessas edições há exemplares na nossa Biblioteca Nacional.

Em Portugal apenas se imprimiram incunábulos nos últimos 13 anos do século xv, de 1487 a 1500, ou apenas se conhecem incunábulos desses anos; esses livros são 30, a saber, 14 em Hebraico, 7 em Português e 9 em Latim, publicados respectivamente dois em Faro, um em Chaves, 19 em Lisboa, 4 em Leiria, dois em Braga e outros dois no Porto. Evidentemente cada um desses incunábulos é um tesouro e a Biblioteca Nacional não os possui todos, é certo, está até muito longe disso, mas ainda assim tem 14, cada um dos quais é de grandíssimo valor. Ultimamente apareceu outro incunábulo português, de que se julgava só haver o exemplar da Biblioteca da Universidade de Cambridge, na Inglaterra; é o *Certificado de indulgências* dadas por Inocêncio VIII, impresso em Português pouco antes de Fevereiro de 1493. A nossa Biblioteca Nacional, portanto, tem agora 15 incunábulos portugueses. Os últimos que se adquiriram foram os *Evangelhos e Epistolas com suas exposições em romãce*, editados no Porto em 1497 e adquiridos em 1921 por Jaime Cortesão, quando era Director da Biblioteca Nacional, a *Gramática de Pastrana*, adquirida em 1963, e o

Tratado de Confissom, que se adquiriu em 1987. Estes três incunábulos são exemplares únicos no mundo. Além destes incunábulos portugueses, a nossa Biblioteca Nacional possui muitos outros e todos estão indicados e sumariamente descritos no catálogo da bibliotecária Maria Valentina Sul Mendes. São 1359, decerto mais de metade dos que se guardam em Portugal. Tais incunábulos são um tesouro, ou são muitos tesouros, mas não se julgue que nisso a Biblioteca Nacional ocupa lugar privilegiado entre as grandes Bibliotecas das nações civilizadas. Cada uma dessas grandes Bibliotecas tem muitíssimos mais incunábulos do que a nossa Nacional.

Finalmente cumpre fazer uma última observação. Os muitos milhares de incunábulos, que se guardam ciosamente em Portugal e no estrangeiro, são menos do que os publicados, sinal evidente de que é grande o número dos que levaram sumiço, ou foram destruídos. De alguns destruíram-se todos os exemplares e, por isso, são hoje desconhecidos. Acontecia isso até há poucos anos, com o *Tratado de Confissom* e certamente não é caso único.

Disto se conclui que não há repertório dos incunábulos, que seja completo e também que, se não tivesse havido tanta destruição, muitos incunábulos, em vez de tesouros, seriam vulgaridades.

O bibliotecário Fernando Nunes espraia-se a falar da Cartografia e da

Ciência Náutica na Biblioteca Nacional, isto é, dos mapas avulsos, manuscritos e impressos, dos atlas antigos e dos livros de marinharia e roteiros, aí conservados. Entre os mapas manuscritos sobressaem a *Carta Náutica do Atlântico*, atribuída ao português Lopo Homem, que a desenhou aproximadamente em 1550, e um *Atlas* de Fernão Vaz Dourado, que o fez em 1576; esses dois inestimáveis Tesouros pertenciam ao Rei Dom Luís I, que os deixou aos seus herdeiros, os reis Dom Carlos e Dom Manuel II, e em 1910, do Paço das Necessidades, onde se guardavam, passaram gratuitamente para a Biblioteca Nacional. Outro Tesouro da Cartografia é o famoso *Tratado da Sphera*, escrito por Pedro Nunes, livro preciosíssimo, de que se conhecem pelo menos 12 exemplares, em Portugal e no estrangeiro, entre eles o da nossa Biblioteca Nacional. Existem aí também edições da *Geografia* de Ptolomeu, especialmente das influenciadas pelos descobrimentos portugueses, da *Cosmografia Universal* do suíço Sebastião Munster, contra o qual, por incompleta e erradamente se referir aos descobrimentos portugueses, escreveu Damião de Góis, e vários atlas dos holandeses ou flamengos Ortelius, Mercator, Hondius, Jansonius, Blaeu e Waghenaer. Indicam-se ainda obras impressas dos cosmógrafos João Baptista Lavanha, António de Mariz Carneiro, Manuel de Figueiredo e Luís

Serrão Pimentel, e vários roteiros portugueses, manuscritos e impressos. Sobre a Cartografia e a Ciência Náutica, no que se refere a Portugal, não só na Biblioteca Nacional, mas em todas as Bibliotecas e Museus do Mundo, há os grandiosos e magníficos volumes dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, laboriosa e competentemente redigidos por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota e publicados em 1960, os quais são uma verdadeira preciosidade.

A bibliotecária Maria Emília Lavoura, conhecida pelos seus excelentes repertórios sobre livros portugueses, existentes em Bibliotecas do estrangeiro, trata, nestes *Tesouros da Biblioteca Nacional*, do livro impresso desde 1501 até ao século passado. Entre esses livros, que são o principal e mais volumoso conteúdo da nossa Biblioteca Nacional, há verdadeiros tesouros, principalmente entre os livros quinhentistas. Destes os impressos em Portugal são 928, não contando os repetidos, como se verifica no esmerado catálogo desses livros, laboriosamente redigido pela bibliotecária Maria Alzira Proença Simões; os da Biblioteca Pública de Évora são ainda mais, pois atingem o número de 1088, mas muitos são raras leis avulsas, mais numerosas do que as da Biblioteca Nacional. As outras Bibliotecas, tanto portuguesas como estrangeiras, têm muito menos livros quinhentistas, impressos em Portugal. Os quinhentistas impressos

no estrangeiro e existentes na nossa Biblioteca Nacional são uns 15 600, como diz ter verificado sumariamente Maria Emília Lavoura. Se em incunábulo, como atrás se salientou, a nossa Biblioteca Nacional, comparada com as grandes Bibliotecas do estrangeiro, não se pode dizer muito rica e abundante, isso parece não acontecer com os livros quinhentistas; 15 600 desses livros é um número impressionante. Entre eles há exemplares únicos no mundo, como alguns dos que se imprimiram em Portugal e na Espanha nas primeiras décadas do século XVI, que todos são verdadeiros tesouros. Há também os 6 volumes da *Bíblia* poliglota complutense, ou de Alcalá, impressos de 1514 a 1517, embora não seja evidentemente exemplar único, assim como a *Bíblia* poliglota impressa em Anvers por Cristóvão Plantin, as duas primeiras edições das obras de Gil Vicente, as primeiras edições de *Os Lusíadas*, muitos impressos por Plantin de Anvers e tantas outras preciosidades do século XVI. Edições quinhentistas de Erasmo, quase todas em Latim e impressas em Basileia, Lyon, Paris, Anvers, Veneza e outras cidades da Europa, abundam na nossa Biblioteca Nacional; precisamente a bibliotecária Maria Emília Lavoura publicou em 1987, com a reprodução de mais de 130 frontispícios, o muito bem confeccionado catálogo dessas edições, que são 335 diferentes ou como escreveu na introdução desse

catálogo o Sr. Prof. Pina Martins, mais de 400, contando os exemplares repetidos. Segundo esse muito competente conhecedor das obras de Erasmo, na França só a Biblioteca Nacional de Paris e na Inglaterra só o Museu Britânico têm mais edições quinhentistas de Erasmo do que a nossa Biblioteca Nacional; nesse aspecto, portanto, a nossa ocupa lugar privilegiado entre as grandes Bibliotecas do mundo. Na de Madrid, por exemplo, só há umas 200 edições quinhentistas de Erasmo. Na nossa, contudo, não há nem o *Enquiridio* [...] *del Cavallero Cristiano*, que em 1541 Luís Rodrigues publicou em Lisboa, nem os *Colóquios* de Erasmo em Latim, impressos decerto em Coimbra aproximadamente em 1552 ou 1553, embora esses dois verdadeiros cimélios existam respectivamente na Biblioteca Pública do Porto e na de Évora.

Quanto aos livros do século XVII, estes são evidentemente mais numerosos, mas menos valiosos do que os do século anterior. Há, contudo, na nossa Biblioteca Nacional, embora não muitas, algumas preciosidades, como edições saídas da Oficina Plantiniana de Anvers, dirigida por Baltasar e João Moretus, herdeiros do francês Cristóvão Plantin; ainda hoje, em Anvers, na casa onde estava instalada essa tipografia está o Museu Plantin - Moretus, que possui excelente, embora não muito abundante Biblioteca. Na Nacional de Lisboa há também muitas impressões de Pedro

Craesbeeck, que veio de Anvers, onde aprendera a arte tipográfica com Cristóvão Plantin, e instalou-se em Lisboa, onde imprimiu muitos livros, entre eles a primeira edição da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, mas tristemente ao exemplar da nossa Biblioteca Nacional faltava-lhe uma folha. Imitando o seu mestre Plantin, que à sua oficina tipográfica chamou Plantiniana, Pedro Craesbeeck à sua casa impressora deu o nome de Oficina Craesbeeckiana e legou-a aos seus herdeiros Lourenço, Paulo e António Craesbeeck de Melo. Miguel Deslandes, que pronunciamos como se fosse palavra portuguesa, veio da França para Lisboa e aqui imprimiu muitos livros, descritos nos dois densos volumes das *Impressões Deslandesianas* por Xavier da Cunha.

Do século XVIII houve em Portugal magníficas edições publicadas, no tempo de Dom João V, como a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e a *Bibliotheca Lusitana*, assim como livros impressos na Real Academia da História Portuguesa, fundada em 1720 pelo mesmo Rei, e mais tarde, ainda no século XVIII, houve as edições publicadas na Régia Oficina Tipográfica, que depois se chamou Imprensa Nacional, e na Academia Real das Ciências. Todas essas edições estão na nossa Biblioteca Nacional. No estrangeiro houve livros impressos pelos Didot, dinastia de livreiros que trabalharam em Paris, e na Itália os editados por

Bodoni, que se instalou em Parma e aí publicou muitos livros artisticamente impressos. Na Biblioteca Nacional de Lisboa há uma boa coleção de impressões «bodonianas», adquiridas em 1802 e que tinham sido quase todas do pintor Francisco Vieira, mais conhecido com o nome de Vieira Portuense, que de 1793 a 1796 viveu em Parma. Nessa cidade italiana havia um exemplar mutilado da edição de *Os Lusíadas*, publicada em 1597, à qual faltava o frontispício; Bodoni juntou-lhe um artístico frontispício, que imprimira e em que se lê que essa era a quinta impressão dessa obra, o que está certo, e foi impressa na Oficina de Vincente [*sic!*] Alvarez em 1614, o que está errado, pois não houve tal edição. Esse exemplar não foi indicado por ninguém e ainda se conserva na Biblioteca Palatina de Parma [GG. 11.208].

Os livros publicados no século passado foram ainda mais numerosos do que os dos séculos anteriores, mas as preciosidades desse século, guardadas na nossa Biblioteca Nacional, não são muito abundantes. Entre elas sobressaem as duas edições monumentais de *Os Lusíadas*, uma feita pelo Morgado de Mateus e impressa em Paris por Firmin Didot em 1817, da qual há três exemplares na nossa Biblioteca Nacional, e a outra impressa em Leipzig na Alemanha e publicada no Porto por Emílio Biel em 1880. Dessa edição o exemplar de luxo, oferecido ao rei

D. Luís, em 1910 estava no Paço Ducal de Vila Viçosa e lá ficou até agora; se estivesse guardado em um dos Palácios Reais, teria sido «confiscado» e hoje estaria na nossa Biblioteca Nacional, onde seria mais um dos seus muitos tesouros.

Os livros são o mais volumoso e principal depósito da Biblioteca Nacional e entre eles há muitas preciosidades, autênticos tesouros do que os mais valiosos são referidos pela bibliotecária Maria Emília Lavoura.

A bibliotecária Teresa Duarte Ferreira trata dos manuscritos, que continuaram a escrever-se e a guardar-se, apesar de já se imprimirem livros. Salvo raras exceções, não foram impressos e por isso se guardaram, pois se se imprimissem, decerto deitavam-nos fora. Assim, já não existem os manuscritos que serviram para a impressão de quase todos os livros antigos que se publicaram e isso aconteceu tanto em Portugal, como no estrangeiro. Houve muitas razões para se não publicarem alguns manuscritos.

A impressão de um livro foi sempre cara e talvez antigamente mais do que agora, pois os exemplares impressos eram muito menos do que hoje e também os possíveis compradores não eram muitos. Para conseguir quem pagasse essa impressão, ou para ela desse ajuda eficaz, procurava-se um patrono ou mecenas, que ao princípio do livro, em uma dedicatória, era muito louvado.

Ainda hoje muitos livros imprimem-se, porque se arranjou uma empresa, ou entidade cultural, que arcou com as despesas. Para esse fim instituíram-se as Imprensas Nacionais e as tipografias das Universidades e das Academias. Às vezes, porém, não se procurou, ou não se encontrou o desejado mecenas, apesar de se não ter dinheiro, e por isso os manuscritos não se publicaram conservando-se alguns até hoje, entre os quais pode haver preciosidades. Outras vezes os manuscritos não se imprimiram porque o autor queria corrigi-los ou aperfeiçoá-los e isso não se fez. Também podia não ser conveniente publicá-los, ou as autoridades não o permitiam. Também acontecia que o manuscrito, por causa das suas iluminuras, ou pinturas, antigamente não podia ser imprimido. Por estas e outras razões houve manuscritos, que se não imprimiram e alguns conservam-se na nossa Biblioteca Nacional, sendo verdadeiras preciosidades.

Assim acontece com o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, copiado no século XVI na Itália, embora as poesias que contém sejam dos séculos XIV e XV; também isso acontece com o *Cancioneiro de Luís Franco Correia*, contemporâneo de Camões, com a preciosíssima *Summa Oriental* de Tomé Pires, com o *Esmeraldo De Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, e com outros manuscritos preciosos, que depois de terem permanecido inéditos durante séculos, ultima-

mente alguns foram publicados. Nestes casos o manuscrito, que se destruiu, foi o que se mandou para a tipografia e não o original que com razão é considerado uma preciosidade.

O bibliotecário J. P. Alvarenga, nestes *Tesouros da Biblioteca Nacional*, trata dos manuscritos e impressos musicais que nela se conservam. Os mais antigos exemplares, tanto manuscritos como impressos, são todos de música religiosa e muitos provêm dos Conventos e Mosteiros suprimidos no século passado. Há aí enormes saltérios, às vezes adornados com artísticas gravuras a cores, os quais se colocavam no facistol, no meio do coro, para serem lidos ou cantados pelos frades, pelas freiras ou pelos cónegos, mas muitos desses livros de coro precisam de ser restaurados. Há também raros impressos portugueses do século XVI e dos seguintes com notas musicais e muitos papéis manuscritos de música de artistas portugueses, como Marcos Portugal, João Domingos Bomtempo e outros. Quem quiser dedicar-se à história da Música em Portugal tem necessariamente de trabalhar na secção musical, recentemente instalada e organizada na nossa Biblioteca Nacional.

A bibliotecária Maria da Graça Garcia, que em 1983 publicou com o mecenato do Banco de Portugal o magnífico album de estampas sobre Camões, trata da história das gravuras, dos desenhos e dos cartazes, de

que a nossa Biblioteca Nacional possui quantidade apreciável. Nesse estudo citam-se evidentemente artísticas gravuras de Durer, Philippe Galle, Callot, Rembrandt, e outros; cita-se também o *Cabinet du Roi*, artística obra de 23 grandes volumes com gravuras, mandada publicar por Luís XIV, assim como os gravadores e pintores franceses, que trabalharam em Portugal no tempo de Dom João V e foram Rochefort, Le Bouteux, Debrie e Quillard. Fala-se dos gravadores — pintores portugueses Vieira Lusitano, Domingos António de Sequeira e Vieira Portuense e do gravador italiano Bartolozzi, que viveu os últimos anos da sua vida em Portugal. Trata-se também dos desenhos e dos cartazes e lembra-se que nos livros impressos desde fins do século XV, tinham aparecido gravuras com frequência, sendo algumas verdadeiramente artísticas, como as das quatro partes do livro *De Vita Christi*, impresso em Lisboa em 1495. O estudo da bibliotecária Dona Maria da Graça é, portanto, muito instrutivo e lê-se com proveito e agrado.

Finalmente o bibliotecário António Braz de Oliveira, com o título «O Manuscrito subjacente ao Impresso», trata dos manuscritos do século XIX e XX, conservados na Biblioteca Nacional de Lisboa, alguns dos quais, embora se não possam chamar Tesouros, têm pelo menos grande interesse, em parte por causa de quem os escreveu. Há aí manuscritos

de Almeida Garrett, de Alexandre Herculano, de Antero de Quental, de Camilo, de Cesário Verde, de Eça de Queiroz, de Afonso Lopes Vieira, de Fernando Pessoa e de outros literatos portugueses do século passado e do actual. Geralmente trata-se de cartas, guardadas com veneração por quem as recebeu, mas às vezes são esboços de obras, que se iriam publicar, ou correcções de provas tipográficas ou de textos impressos. Tudo isso pode ser muito útil para estudos sobre esses escritores.

Como se verificou, todos os estudos contidos nestes *Tesouros da Biblioteca Nacional* foram redigidos por diligentes e competentes Bibliotecários, que trabalham nessa Biblioteca, o que para nosso sossego é garantia de que os referidos Tesouros estão bem guardados e, a não ser que sobrevenha um cataclismo, decerto já lhes não acontecerá o que praticamente em todas as nações do mundo civilizado sucedeu a autênticas preciosidades da Cultura Universal.